

Da memória histórica à memória cultural: políticas de memória sobre a Guerra Civil e o Franquismo

From historical memory to cultural memory:

The politics of memory on the Civil War and Francoism

INÊS ESPADA VIEIRA*

PALAVRAS-CHAVE: Memória histórica, Memória cultural, Políticas de memória, Franquismo, Democracia, Trauma.

KEYWORDS: Historical memory, Cultural memory, Memory policies, Francoism, Democracy, Trauma.

Porque el pasado no pasa nunca, ni siquiera [...] es pasado; el pasado es sólo una dimensión del presente.

Javier Cercas, *El impostor*

Apresentação

As edições *online* de alguns jornais espanhóis generalistas de dia 13 de outubro de 2016, relatando as cerimónias oficiais do Dia da Hispanidade celebrado na véspera, refletiam sobre moda. Sim, sobre tendências de moda: os casacos das infantas e os seus chapéus de chuva. Não era, porém, mais um *fait divers* estilístico ou um tema prosaico inusitadamente elevado na hierarquia das notícias. Não, naquele dia 12 de outubro, as filhas dos reis Felipe VI e Letizia Ortiz saíram à rua vestidas para o rigor da ocasião chuvosa – e também a rigor para alimentar um debate a que o vermelho e o azul dos seus dois sobretudos de meninas não eram alheios.

Perguntamos surpreendidos: «Mas há mesmo pessoas que reparam nisso?» Sim, há. Há as que reparam e se riem, e há as que aproveitam a ocasião – mesmo a calhar – para insistir numa *reflexão* pouco *refletida*, mas nem por isso menos sintomática de uma história contada em versão simplista: o casaco vermelho da infanta Sofia e o casaco azul da princesa Leonor. Nas caixas de comentários *online*, habitual fervedor de iras e desencontros, alguns leitores deixaram, em registo humorístico e provocador, sinais do debate que há algumas décadas

* Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC), Universidade Católica Portuguesa.

se vem travando no espaço público espanhol: o azul escuro da direita monárquica (usado pela herdeira do trono, Leonor) e o vermelho da esquerda republicana (vestido por Sofia), sob conciliadores guarda-chuvas transparentes.¹

Quando interpretamos tudo, até as roupas das infantas, não é verdadeiramente apenas porque nos apetece, ou como nos apetece; as estruturas da interpretação foram-nos transmitidas e estão imbuídas na nossa memória individual, fruto e partícipe da memória coletiva do grupo a que pertencemos. Naturalmente, ler «duas Espanhas» nas roupas das infantas, em jeito de «semiótica patriótica», não deixa de ser excessivo, mas o *El País* foi buscar para a sua edição *online* um debate que se travou nas redes sociais.

Na investigação que publiquei em 2012 – *Intelectuais, Modernidade e Memória* – apresentei o modo como este debate foi tantas vezes hipersimplificado a partir da fórmula sintética «memória histórica» (cf. Vieira, 2012). Em 2018, porém, já não é possível aceitar uma maneira redutora de mostrar a(s) complexa(s) narrativa(s) que faz(em) o relato coletivo sobre o século XX espanhol.

Neste trabalho, farei um itinerário que incide sobre as principais políticas de memória desde o Franquismo à atualidade, refletindo sobre os contrastes entre diferentes períodos, e propondo no final uma leitura em chave cultural dos discursos memorialísticos, de modo a que estes se tornem inclusivos, incorporando as próprias perplexidades e contradições da memória da Guerra Civil (1936-1939) e do Franquismo (1939-1975).

Memória e esquecimento

Não é fácil escrever sobre a memória coletiva. Não porque não haja artigos e livros sobre o assunto, mas antes pela abundância de bibliografia. Afinal, o investigador tem de escolher as suas referências num âmbito linguístico e cultural que lhe é afim, sem deixar de referir os textos fundamentais sobre a memória citados em quase todos os trabalhos sobre o assunto, o que leva ao risco da repetição e da redundância.

Maurice Halbwachs é o primeiro a escrever sobre a memória como fenómeno social e coletivo. Se é verdade que do ponto de vista cognitivo a memória é um fenómeno individual, recordar é um ato singular, o que recordamos depende de um processo social mais complexo. A seleção dos factos que se

¹ Este debate sobre a roupa escolhida para a festa nacional não se repetiu, nem em 2017, nem em 2018, embora em ambas as ocasiões as infantas tenham voltado a usar azul e/ou vermelho.

recordam e o modo como são invocados relaciona-se primordialmente com dinâmicas de grupo, considerados em determinados contextos. Esta descrição aplica-se principalmente às recordações de factos coletivos e em particular à memória do conflito e do trauma. Aqueles que viveram o trauma (qualquer que ele tenha sido) têm de lidar com a memória desse trauma. E memória é tanto escolha pessoal como seleção involuntária, é esquecer e/ou recordar.

O caso da memória da Guerra Civil de Espanha e da ditadura que se lhe seguiu serve exemplarmente para entendermos alguns dos processos descritos em investigação já clássica de autores como Halbwachs, Pierre Nora, Paul Ricoeur. Tem servido também para descrever novos ensaios sobre a memória dos povos e o modo como as sociedades (re)agem perante o trauma coletivo, sem receitas definitivas e mostrando o caráter essencialmente dinâmico da sociedade e, claro, da memória dessa sociedade.²

Em 2008, a historiadora Josefina Cuesta publicou um livro que levava no título não só o seu conteúdo como a sua essência: *La Odisea de la Memoria: Historia de la Memoria en España. Siglo XX*. O balanço e análise crítica propostos pela obra mostram essa odisseia dos *caminhos da memória* (para usar o nome do importante e premiado documentário de José-Luis Peñafuerte, de 2009), uma viagem cheia de peripécias e aventuras inusitadas que parte e chega, afinal, sempre ao mesmo acontecimento traumático: a Guerra Civil de 1936-1939. Destaca-se no livro de Cuesta a distinção crítica entre história e memória, reconhecendo as íntimas relações entre os dois conceitos (e a sua aplicação prática). Uma década passada da publicação desta obra, valeria a pena continuar o «Epílogo inacabado» com que fecha o livro, já que o debate intelectual, moral e político sobre «[...] la maldita guerra civil y su bendita memoria [...]» (Ibáñez Fanés, 2009, p. 206) ainda não terminou.

Todavia, é possível, aproximando-se os alvores de 2019, olhar para trás e entender o caminho percorrido no século XXI. «Entender» é um verbo fundamental; como escreve a voz narrativa de Javier Cercas em *El Impostor*, é preciso entender, o que, obviamente, não significa desculpar (2016, p. 21).

A experiência do trauma pode levar à recordação ou exigir o silêncio, porventura ambos, em momentos distintos, como uma cadência respiratória marcada pelas dinâmicas vitais do indivíduo e da comunidade. Desde logo, para um derrotado «lo más urgente después de una guerra es olvidar la guerra»,

² Como exemplo destes «novos ensaios», veja-se o volume editado por Castillo Villanueva e Pintado Gutiérrez, *New Approaches to Translation, Conflict and Memory: Narratives of the Spanish Civil War and the Dictatorship* (2019).

como nos recorda a já citada voz do narrador de *El Impostor*, mesmo que no pós-guerra a *vida normal* fosse sempre apenas um «simulacro de vida normal» (Cercas, 2016, p. 110).

É comumente aceite que a História é escrita pelos vencedores; todavia, a narrativa submersa de quem perdeu um conflito sobrevive e ajuda a sobreviver toda uma comunidade. A narrativa dos vencidos da guerra, o lado republicano, foi duplamente silenciada: ao longo dos longos anos do Franquismo e nas primeiras décadas da democracia, em prol de uma política de «dialogic forgetting» (A. Assman, 2010). Porém, o silêncio não implica esquecimento, e há vozes e murmúrios do plano íntimo e familiar, do plano não oficial, que coexistiram em paralelo com a dura narrativa institucional. São as memórias subterrâneas, latentes, que não conduzem ao esquecimento, mas existem como oposição ao excesso de discursos oficiais, prontas para emergir (cf. Pollak, 1989). Na verdade, a inflamada retórica da vitória e da *nova Espanha* dos anos da ditadura, o contingente (no meu entender essencial) discurso oficial dos anos da Transição, não apagaram a memória da Guerra Civil e do Franquismo vivida, assimilada, (re)transmitida, (re)organizada pela voz dos que perderam. É desta forma que, coincidindo com um específico momento político (ou quicá dele participando porque não são estanques estes domínios), a literatura dá voz a essa História afinal não esquecida, não apagada, afinal nem sequer silenciada, ainda que durante um certo período de tempo relegada para o plano do murmúrio.

Falar, relatar, testemunhar, são verbos que assumem papel primordial na seleção, preservação e recuperação da memória. A dimensão testemunhal é central, por exemplo, na memória do Holocausto, e está muito relacionada com a própria identidade do povo judeu: contar ao próximo, passar a palavra, repetir o relato, salvar as vítimas do esquecimento, prolongar a narrativa tornando-a universal e lançando-a para uma dimensão intemporal. Desenvolvendo uma reflexão que tem no seu cerne a memória do Holocausto, Todorov considera fundamental a existência de um passado ao serviço do presente, assim como a existência de uma memória (e de um esquecimento) ao serviço da justiça (cf. Todorov, 2000, p. 59). Neste sentido, o exigente trabalho de enquadramento da memória «reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro» (*ibid.*, p. 11).

A História tem-nos mostrado diversos exemplos que comprovam a obrigação (não necessariamente exterior ao indivíduo) de falar ou de calar. No caso da História da Espanha do século XX, esta mostra-nos também que o modo de lidar com o trauma não é um caminho de um só trilho e que depois

dos anos do silêncio (oficial, político), assistimos a vários anos de discussão (oficial, política, mas também, diríamos, social), tal como veremos mais adiante neste trabalho.

Em *Can these bones live?*, ensaio sobre tradução, sobrevivência e memória cultural, Bella Brodzki escreve: «In all its variety, literature in the late twentieth century reflects an almost global obsession with transmission, preservation, repression, and potential effacement of memory as an instrument of historical consciousness» (Brodzki, 2007, p. 101). Esta constatação é partilhada por vários investigadores, mas Brodzki traz à colação a dimensão de *consciência histórica* presente também na literatura. Em momentos políticos específicos (deles participando porque não são estanques estes domínios), a Literatura tem sido um lugar de História e de histórias, representando a polifonia narrativa do nosso destino comum. Porque o trauma nunca é uma experiência simples ou uniforme, a literatura mostra uma oportunidade de resistir à unidade, à massificação, escancarando perante os olhos do leitor a incontornável subjetividade da experiência traumática.

Voltaremos a olhar para as memórias coletivas sobre a guerra e a ditadura, mas nos próximos parágrafos centrar-nos-emos nas políticas oficiais de memória.

Políticas da memória

Entendemos políticas da memória como as apresenta Aguilar (2008): iniciativas públicas com o fim de consolidar e divulgar a visão particular de um acontecimento pretérito, muito importante para certos grupos sociais ou políticos, ou para um país (cf. p. 53). Estas considerações vão no mesmo sentido do entendimento de Beramendi e Baz (2008), para quem as políticas da memória constituem o conjunto de ações programadas oficialmente para fazer aceitar uma determinada versão da memória. As ações executadas dentro de um programa de políticas de memória tornam-se, com o tempo, parte de uma tradição (cf. p. 16). E, acrescento, a tradição pode ser usada como estratégia insidiosa de controlo da memória (nomeadamente, da memória pública).

Empenhemos o nosso esforço de síntese numa dimensão pedagógica e ponhamos em contraste as políticas oficiais de memória durante o Franquismo e em democracia. Veremos as diferenças claras e já sumamente apreciadas entre as políticas de dois regimes distintos. Em democracia, observaremos a importância de um antes e depois de 2007, bem como o esmorecer de «la gran moda de la llamada memoria histórica» (Cercas, 2016, p. 91).

Franquismo (1939-1975)

Desde a primeira hora, ainda durante os anos da Guerra Civil, o Franquismo apresentou um discurso que construía uma nova ordem, reorganizando factos históricos (muitas vezes, transformados numa espécie de narrativas míticas), de modo a desenhar uma nova cronologia que – claro está – fundamenta num passado glorioso o novo regime. A repetição do adjetivo *novo* das linhas anteriores é sintomática da importância que essa ideia teve na propaganda da ditadura, consumada na síntese perfeita de *la nueva España*, um tópico, aliás, muito caro à modernidade e às ideologias totalitárias.

As políticas de memória não são declarações de vontade ou atos legislativos distantes dos cidadãos, elas são estratégias para entrar no seu quotidiano. O Franquismo serviu-se de dois instrumentos fundamentais para o domínio da memória: o tempo e o espaço, o calendário e o mapa.

Estabeleceu-se um calendário de novas celebrações, cujo ritmo passou a organizar a vida coletiva, apresentando uma nova era, fundada a 18 de julho de 1936, a partir da qual se contavam os novos *anos triunfais* até ao *ano da vitória* (1939). A construção do novo tempo não se ficou pelo período da guerra, mas foi-se edificando durante a ditadura. O dia 18 de julho, que celebrava o *alzamiento* de 1936 e, portanto, o ano zero da Espanha franquista, era também o dia da «exaltação do trabalho». Deste modo, deslocava-se a apologia do trabalho dos próprios trabalhadores, esvaziando a sua importância, e o regime trazia para a sua essência um dos temas mais explorados pela retórica falangista.

Da mesma forma, com o mesmo intuito, redesenharam-se os mapas alterando os nomes de ruas e praças, original índice onomástico da memória oficial. A principal característica do espaço durante o Franquismo é a sua militarização, tal como se pode observar nas discretas mas omnipresentes placas toponímicas de tantas localidades em Espanha. Como veremos a seguir, esta questão é também simbólica e ainda polémica.

No fundo, o tempo e os espaços reinventados são meios de comemoração, em que o passado foi, mais uma vez, adaptado às necessidades do presente, escolhendo o que se deve celebrar como símbolo da nova ordem.

Outro dos instrumentos fundamentais do controlo da memória oficial é o sistema de ensino. A utilização da escola para impor uma determinada versão do passado e promover uma identidade comum não é estratégia exclusiva dos regimes autoritários; porém, a manipulação feita por esses regimes é absolutamente unilateral, contrária ao pensamento crítico e à partilha de conhecimento. Na Espanha de Franco, a memória recente (por ex., o período da II República)

é apagada e dá-se o maior relevo a um passado que se quer trazer para o presente (por ex., o reinado dos reis católicos, Isabel de Castela e Fernando de Aragão). Tal como sucede em Portugal, a análise dos manuais escolares franquistas é absolutamente reveladora do discurso oficial veiculado nas salas de aula.

Usando uma metáfora dos estudos literários, diria que espaço, tempo e ação, são as «categorias da narrativa» que o *grande narrador* – participante e onisciente – impõe às personagens secundárias que com ele vivem/ouvem a História.

Democracia (1975-presente)

Cabe agora ensaiar uma sistematização das principais políticas de memória sobre a Guerra Civil e o Franquismo na Espanha democrática. Propomos considerar uma divisão em três momentos distintos.

O primeiro, desde a Transição (1975-1978)³ até ao início dos anos 2000: período fortemente marcado pela fórmula “amnistia e amnésia” que presidiu ao debate político nos anos primeiros da jovem democracia e de que a lei de amnistia, lei 46/1977 de 15 de outubro, foi a marca mais visível. Num século XXI espanhol marcado social, política e culturalmente, pelo sintagma «memória histórica», parece hoje surpreender aquilo que Paloma Aguilar revela na entrada «memória histórica» do *Diccionario político y social del siglo XX español*: ao longo dos debates parlamentares preparatórios da lei de amnistia de 1977, nem uma vez surgiram as palavras «memória» ou «memória histórica» (Aguilar, 2008a). Na verdade, o tema da Guerra Civil e do Franquismo esteve praticamente ausente do debate público nas primeiras décadas da democracia espanhola – o que não significou nunca ausência de reflexão académica (cf. Juliá, 2003, p. 17).⁴ Paloma Aguilar, por exemplo, publica a sua investigação sobre a memória da Guerra Civil em 1996, prova e testemunha da existência de uma memória coletiva traumática (cf. Aguilar, 1996, p. 20). Durante este primeiro período, a palavra-chave da generalidade dos debates sobre o passado foi o consenso, de

³ Entendida *stricto sensu* como o período desde a morte do *caudillo* até à aprovação em referendo da Constituição, no dia 6 de dezembro de 1978, sendo também considerada, em sentido alargado, a data da tentativa frustrada de golpe de Estado no dia 23 de fevereiro de 1981.

⁴ No ensaio citado, o autor defende que há uma diferença fundamental entre *caer en el olvido*, i.e., a ação involuntária de não mais se lembrar de algo, e *echar al olvido* – atirar para o esquecimento, voluntariamente, algo que se pretende apagar da memória porque se tem consciência da sua presença como recordação marcante.

que se orgulhavam publicamente os seus protagonistas (cf. Herrero de Miñon, 1999).

O segundo momento desta sistematização, poderemos situá-lo a partir de 2004 (quando o Partido Socialista, liderado por José Luis Rodríguez Zapatero, chega ao Governo, após oito anos de governação do Partido Popular) até 2015 (com o agudizar do processo independentista catalão). Este período é o do final do consenso e teve o seu auge simbólico nos anúncios necrológicos publicados nos diários *El País* e *El Mundo* (cf. Tesón, 2006) e na chamada *Lei de Memória Histórica* («Ley por la que se reconocen y amplían derechos y se establecen medidas en favor de quienes padecieron persecución o violencia durante la Guerra Civil y la Dictadura.» Publicada no Boletín Oficial del Estado, n.º 310, de 27 de dezembro de 2007, p. 53410, como Ley 52/2007, de 26 de dezembro), cume natural de um percurso desenhado politicamente pelo governo que no ano anterior, 2006, tinha já feito aprovar no parlamento a declaração do «ano da memória histórica», para assinalar os 75 anos do início da Guerra Civil.

Este período é o da «apoteose da chamada memória histórica», com «campeões» e «estrelas de rock» (cf. Cercas, 2016, p. 311) no centro do palco mediático. Como numa festa em que a música vai subindo de tom, o espaço público é ocupado por novos protagonistas, no momento em que, pela primeira vez, o poder e a sociedade acolhem a narrativa dos perdedores. As políticas de memória das duas legislaturas com Rodríguez Zapatero na presidência do governo criaram as condições (e são também um pouco sua consequência) para o debate público e para as ações privadas, na procura de restaurar a memória dos perdedores da guerra. Tratou-se, sobretudo, de uma oportunidade para dar visibilidade a pessoas e grupos cuja história tinha sido ignorada, silenciada, deturpada, renegada, nomeadamente às narrativas das mulheres ou sobre as mulheres, cuja *voz* estivera *adormecida*, remetendo para o título do romance de Dulce Chacón (*La Voz Dormida*, 2002).

O terceiro momento para a análise das políticas de memória em democracia situamo-lo a partir de 2015, embora com alguma possibilidade de ajuste.⁵

⁵ A análise posterior não ignora que, principalmente a nível local, continua a haver temas prementes relacionados com a «memória histórica», nomeadamente a questão da toponímia. Para dar um exemplo não central (e em Madrid, esta questão também tem sido colocada), sirvo-me do caso da substituição de nomes vinculados ao Franquismo em 21 ruas de Oviedo, Astúrias, assunto muito atual, de outubro de 2018, data da redação do essencial deste trabalho. A «reescrita do mapa» do Franquismo na cidade passa por “neutralizar” alguns nomes (Jardín de los Reyes Caudillos passou a chamar-se apenas Jardín de los Reyes), por substituir datas (19 de Julio passa a chamar-se Progreso) ou

É minha convicção que a mudança de tom e de destaque relativamente ao tema da «memória histórica» é consequência da conjugação de dois fatores: por um lado, certo esgotamento do tema e cansaço com a «estridência» dos discursos e a quantidade de produtos produzidos (livros, programas de TV, exposições, filmes, etc.); por outro lado, o facto de o processo independentista catalão se ter transformado na principal preocupação política, atraindo para si muita da atenção e da discussão também do espaço público, ao mesmo tempo que levanta questões diferentes do debate sobre a memória.

Ao contexto de aparente desinteresse sobre a memória, não é estranho que uma proposta de lei, apresentada em 22 de dezembro de 2017 pelo grupo parlamentar socialista, para reformar a já referida «Lei de memória histórica», tenha tido pouco eco, por exemplo, nos jornais. Um artigo de José María Ruiz Soroa no diário *El País*, apresenta essa proposta de lei como um retrocesso, já que, segundo o autor, a memória da democracia é legitimada por um passado antifranquista, desde logo longe do valor da inclusão, tido em conta durante o período da Transição (Ruiz Soroa, 2018).

No momento da redação deste texto, a lei ainda não foi aprovada, mas os próximos tempos dirão do caminho a trilhar e o modo como a realidade imporá um reajustar da presente proposta de divisão.⁶

Memória cultural

Como vimos, os factos históricos não correspondem com exatidão à memória desses acontecimentos: os factos históricos do século XX espanhol não são o mesmo que a memória da Guerra Civil e do Franquismo ao longo desse mesmo século XX e nas duas primeiras décadas do século XXI, embora como objeto de estudo eles se cruzem e sobreponham. Muito do que se tem dito e escrito em Espanha sobre o passado recente tem mais a ver com o presente do que com a História, mas permanece um conflito, às vezes latente, às vezes evidente, que nasce da dimensão e da importância que cada lado concede a

mesmo por dar visibilidade às mulheres (nomes próprios: Mariano Flórez passa a Flora Tristán; ou nomes «coletivos»: Coronel Aranda passa a Trece Rosas).

⁶ Entre a conclusão da redação deste ensaio e a data da sua publicação, houve dois momentos importantes que merecem uma análise que não cabe no presente texto: a homenagem do primeiro-ministro Pedro Sánchez a Manuel Azaña e a Antonio Machado, em Argelès sur Mer (a 21 de fevereiro de 2019), e o inconcluso processo de exumação dos restos mortais de Franco.

esses factos. Os lados a que me refiro são aqueles representados pela interpretação das cores dos sobretudos das princesas, com que iniciámos esta reflexão.

Não estamos à procura de uma História única, de uma narrativa unívoca, de uma paz irreal e irrealista. Reconciliar a Espanha com o seu passado terá de ir mais no sentido da memória partilhada de que fala Ibáñez Fáles. No momento em que escrevo estas linhas, com a Catalunha em confronto aberto com o Estado espanhol, essa não parece uma tarefa fácil.

A minha proposta de uma leitura em chave cultural é devedora da obra de Jan Assman (2004, 2007). Para a memória cultural, tal como propõe J. Assman, interessam menos os factos históricos do que a História que é lembrada, a memória desse passado. Neste sentido, embora sempre apresentada numa perspetiva dupla, a memória da Guerra Civil é também uma memória cultural: dos factos históricos passa-se à lembrança do momento pretérito e, conseqüentemente, transformada em mito, essa memória ilumina o presente a partir da origem (J. Assman, 2007).

Esta dinâmica funciona para as duas visões em contraste: a Guerra Civil como mito original serve para se entender, identificar e justificar o presente. Não me refiro a duas memórias, de «dois lados» e cores diferentes, mas sim a uma memória dúplice: uma memória cultural que é inclusiva, a duplicidade faz parte da sua essência.

Estas reflexões são também devedoras da reflexão moral de Jordi Ibáñez Fanés sobre a necessidade de se encontrar um lugar para mesa da memória partilhada: «hablar de memoria *compartida* en lugar de memoria *colectiva* ayuda a resolver algunos problemas [...]. Pero sobre todo ayuda a superar la tendencia, dominante aquí todavía, de la memoria usurera.» (Ibáñez Fáles, 2009, p. 38). Se no lugar de «memória coletiva» se dissesse «memória histórica», as observações de Ibáñez Fáles seriam ainda mais acertadas.

Partilhar a mesa, não o pão, é o passo fundamental para a construção da memória partilhada:

[...] cada uno aporta su trozo de vida, y la suma final, una suma en que nunca lo individual queda subsumido en lo colectivo, da esa idea de memoria compartida. Sólo que luego ni esta idea es nada imaginable ni esta memoria compartida puede traducirse en una narración, sino más bien en una moralidad doliente, en una *Trauerarbeit*, en el proceso de duelo compartido. Con esta idea [...] se podría explorar la posibilidad de que todas las memorias condicionadas por experiencias opuestas del daño y del sentido de la injusticia se reencontrasen en ese lugar

intangible pero piadoso y doliente, en esta imaginaria mesa de la memoria compartida. (*ibid.*, p. 34).

Continua a parecer-me ser este o caminho para interpretar, incorporar, reivindicar, dignificar a memória daqueles que perderam a guerra, sobreviventes ou não, os *insignes-ficantes* como lhes chamou Jorge de Sena (cf. Sena, 1978) e os exilados, os que viveram na sombra e os que se misturaram com a multidão. Continua a parecer-me que para fazer verdadeiramente justiça aos injustiçados, mas também aos seus herdeiros, na Espanha democrática e europeia do século XXI, é urgente resolver a velha batalha maniqueísta que ainda se encontra ativa, tendo a coragem de abraçar a conciliação.

Referências bibliográficas

- AGUILAR FERNÁNDEZ, P. (2008). *Políticas de la Memoria y Memorias de la Política*. Madrid: Alianza Editorial.
- (2008a). Memoria histórica. In FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, J. / FUENTES, J. F. (dirs.), *Diccionario Político y Social del Siglo XX Español*. Madrid: Alianza Editorial, pp. 768-774.
- (1996). *Memoria y Olvido de la Guerra Civil Española*. Madrid: Alianza Editorial.
- ASSMAN, A. (2010). From collective violence to a common future: four models for dealing with a traumatic past. In SILVA, H. *et al.*, (eds.), *Conflict, Memory Transfers and the Reshaping of Europe*. Newcastle-upon-Tyne: Cambridge Scholars Publishing, pp. 8-23.
- ASSMAN, J. (2007). *Das kulturelle Gedächtnis: Schrift, Erinnerung und politische Identität in frühen Hochkulturen*. München: Verlag C. H. Beck.
- (2004). *Religion und Kulturelles Gedächtnis: Zehn Studien*. München: Verlag C.H.Beck.
- BERAMENDI, J. / BAZ, M. J. (2008). Memoria, tradición e identidades. In BERAMENDI, J. / BAZ, M. J. (eds.) *Identidades y Memoria Imaginada*. Valencia: Publicacions de la Universitat de València, pp. 9-18.
- BRODZKI, B. (2007). *Can These Bones Live?: Translation, Survival, and Cultural Memory*. Stanford: Stanford University Press.
- CASTILLO VILLANUEVA, A. / PINTADO GUTIÉRREZ, Lucía (2019). *New Approaches to Translation, Conflict and Memory: Narratives of the Spanish Civil War and the Dictatorship*. [s.l.]: Palgrave Macmillan.
- CERCAS, J. (2016). *El Impostor*. Barcelona: Debolsillo.

- CUESTA, J. (2008). *La Odisea de la Memoria: Historia de la Memoria en España. Siglo XX*. Madrid: Alianza Editorial.
- GRACIA, J. (2017). La verdad de la novela. *El País*, 18.03.2017. URL: https://elpais.com/elpais/2017/03/06/opinion/1488826810_363341.html. (Consultado a 16-09-2019).
- HERRERO DE MIÑÓN, M. (ed.) (1999). *La Transición Democrática en España* (vol. I) / *A Transição Democrática em Espanha*. Bilbao: Fundación BBV / Fundação Mário Soares. Documenta.
- IBÁÑEZ FANÉS, J. (2009). *Antígona y el Duelo. Una Reflexión Moral sobre la Memoria Histórica*. Barcelona: Tusquets Editores.
- JULIA, S. (2003). Echar al olvido. Memoria y amnistía en la transición. *Claves de Razón Práctica*, n.º 129, janeiro / fevereiro, pp. 14-24.
- POLLAK, M. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*. Vol. 1, n.º 3, Rio de Janeiro, pp. 3-15.
- RUIZ SOROA, J. M. (2018). La nueva memoria. *El País*, 17.10.2018. URL: https://elpais.com/elpais/2018/10/16/opinion/1539701643_430600.html. (Consultado em a 16-09-2019).
- SENA, J. (1978). Aleixandre ou o prémio Nobel aos insígnificantes. *Diário Popular. Suplemento Letras e Artes*. 1-6-1978, pp. I, IX-XI
- TESÓN, N. (2006). Esquelas de las dos Españas. *El País*, 10.09.2006, pp. 28-29.
- TODOROV, T. (2000). *Los Abusos de la Memoria* [1995]. Barcelona: Paidós.
- VIEIRA, I. E. (2012). *Intelectuais, Modernidade e Memória*. Lisboa: Universidade Católica Editora.

TÍTULO: Da memória histórica à memória cultural: políticas de memória sobre a Guerra Civil e o Franquismo

RESUMO: Este ensaio apresenta uma proposta de sistematização das principais políticas de memória empreendidas em Espanha desde o início do regime franquista até aos dias de hoje. Esse itinerário começa por contextualizar as dinâmicas da memória e do esquecimento, salienta algumas das políticas de memória do Franquismo e sugere a divisão das políticas de memória em democracia em três momentos distintos. Finalmente, apresenta-se uma leitura em chave cultural que possa servir para continuar a reflexão sobre a memória traumática da Guerra Civil e da ditadura, ressituaando-a num âmbito menos fraturante.

TITLE: From historical memory to cultural memory: The politics of memory on the Civil War and Francoism

ABSTRACT: This essay presents a proposal of systematization of the main policies of memory undertaken in Spain from the early days of Francoism up to 2018. This itinerary begins by contextualizing the dynamics of memory and oblivion; subsequently, it points out some of the policies of memory during Francoism and, lastly, suggests the division of the policies of memory in democracy in three different moments. Finally, it argues that a cultural reading could serve to continue the reflection on the traumatic memory of the Civil War and of the dictatorship, re-locating it in a less divisive context.